

# Anjos Malvados

Em um debate entre empresários, políticos e sindicalistas realizado em São Paulo, o deputado Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ), recorreu ao termo “anjos malvados” para caricaturar situações em que um capitalista bem intencionado tenta vender as virtudes do mercado a um punhado de trabalhadores céticos.

No dia seguinte, na sede da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, economistas com as mais diferentes colorações e biografias sentaram-se para discutir o modelo de desenvolvimento, ouviram o ministro Antônio Kandir e passaram pelo mesmo ponto: a formação de poupança a longo prazo.

A discussão gira em torno do uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em São Paulo, terminou em consenso sobre a liberdade que deve ser concedida ao dono do dinheiro (o trabalhador) para decidir sobre como e onde sua poupança deve ser aplicada. No Rio as opiniões também convergem, mas ainda há chão pela frente entre a teoria e a prática.

A polêmica em torno do FGTS é parte de uma esgrima intelectual entre os expoentes da social-democracia, os herdeiros políticos da antiga Arena e os recém-chegados à política, sem coloração nem credo definido. Ela passa por pronunciamentos como o do deputado Delfim Neto (PPB-SP) ao receber honrarias como o melhor economista do ano — criticando o liberalismo radical — e pelo que dizem o ministro Bresser Pereira, o ex-ministro Reis Velloso e outros.

Em termos simples trata-se de ver quem melhor definirá a nova face do capitalismo brasileiro. Não é um exercício fácil, num período em que a inflação deixa de funcionar como um imposto sobre os pobres, os juros reais são reconhecidos como altos até pelo presidente da República, e a queda de impostos e barreiras alfandegárias ressuscitam a retórica protecionista.

Por melhores que sejam os discursos, eles não levarão a lugar nenhum se forem incapazes de propor coisas práticas e objetivas ao cidadão brasileiro. Isso explica a conversão do governador Mário Covas (PSDB-SP) ao se dirigir a empresários reunidos para ouvi-lo: “exploremos na plenitude a aptidão das forças de mercado para promover a alocação eficiente de recursos na economia. Deixemos ao Estado a tarefa de induzir o crescimento e a eqüidade, estimulando transferências de renda em direção socialmente desejável”.

Com expoentes intelectuais do PSDB guinando nessa direção, de onde vem a grita

contra os “excessos liberais”? Ela é parte de um jogo previsível. Vem do empresariado insatisfeito com a abertura da economia e a virulenta concorrência externa.

Críticas aos “excessos liberais” justificam-se nos casos em que o Brasil seja tecnicamente incompetente, ignore, ou venha a ignorar o que fazem outros países para defender sua indústria ou seus prestadores de serviços.

Não podem, porém, deixar espaços abertos à tentação para ressuscitar o Brasil dos anos 60 e 70, o berçário de uma coleção de empresas privadas privilegiadas que cresceram “mamando nas tetas do Estado” e estatais comandadas por interesses políticos, protegidas por monopólios ou redomas contra a concorrência externa. Foi isso que produziu a longa noite autoritária.

O governo, ainda quando esteja certo ao deixar que o mercado atue, terá que responder ao discurso que explora o protecionismo de países concorrentes para pedir mudanças no câmbio, ou a volta de impostos de importação. Alguns podem ser sinceros. Outros podem querer apenas implodir a estabilidade e demolir a credibilidade do Real.

A discussão sobre o FGTS abre uma oportunidade única para que se comece a desenhar no Brasil um novo mapa da poupança e do investimento. Poupança, investimento e capitalização a longo prazo defendem muito melhor a empresa brasileira que a ressurreição de barreiras alfandegárias e um câmbio instável.

É preciso gerar um bom estoque de papéis, aproveitando as privatizações, para acomodar investimentos de longo prazo. Porta-vozes da CVM mostraram na Fundação Getúlio Vargas quão atrasado ficou o Brasil neste sentido. Os números mostram que estamos com os mais baixos índices de emissões de ações (vale dizer capitalização) de todos os tempos. Com juros altos, não há como atrair investidores prometendo dividendos.

O trabalhador brasileiro precisa ver como o trabalhador dos países ricos trata seus “anjos maievados”. A título de exemplo, o fundo de pensão da cidade de Nova Iorque gerencia sozinho cerca de 75 bilhões de dólares (mais do que todos os fundos de pensão brasileiros) e está em busca de boas empresas nos mercados emergentes para investir. Seus gerentes são empregados dos trabalhadores. Não compram onde não há a possibilidade de combinar diversificação de portfólio, lucro, estabilidade e credibilidade.